



MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
Secretaria Executiva  
Secretaria de Gestão Corporativa  
Gerência Regional de Administração no Estado do Piauí  
Área de Gestão de Recursos Materiais, Informação e Logística  
Setor de Contratos e Licitações

#### TERMO DE CONTRATO Nº. 08/2021

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 08/2021, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA GERÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NO ESTADO DO PIAUÍ E A EMPRESA TERRAS SERVIÇOS COMBINADOS LTDA CUJO OBJETO É A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTINUADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO PARA OS CARGOS DE MOTORISTA, TÉCNICO EM SECRETARIADO, RECEPCIONISTA E AUXILIAR ADMINISTRATIVO.**

A União, por intermédio Gerência Regional de Administração do Ministério da Economia no Estado do Piauí, com sede na praça Marechal Deodoro s/n centro, na cidade de Teresina/PI, no Estado do Piauí, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.394.460/0019-70 neste ato representada pelo Gerente Regional de Administração do Ministério da Economia no Estado do Piauí o Senhor MARCO ANTONIO OSÓRIO DA COSTA, portador do RG nº.7328.823/PC-MG e do CPF nº. 533.063.847-04, designado pela Portaria SPOA-MF nº 357, de 5 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 09 de julho de 2018, Seção 2, página 21, combinada com a Portaria DGP-ME Nº. 491 de 24 de abril de 2019, publicada no Boletim de Pessoal e Serviço do Ministério da Economia (e-BPS) nº. 77.1 -Edição especial de 24 de Abril de 2019, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa TERRAS SERVIÇOS COMBINADOS LTDA inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 69.607.935/0001-37 sediada na Rua Alaide Marques, nº. 3219, bairro Planalto, em Teresina-PI doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor ANDRÉ FABRÍCIO ARAÚJO PAIXÃO, solteiro portador da Carteira de Identidade nº. 2341316 Órgão Expedidor SSP-PI e do CPF nº. 009.495.373-22, tendo em vista o que consta no Processo SEI nº.10384.100022/2021-06 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº. 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº.01/2021 mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é a contratação dos serviços continuados de recepcionistas, Secretárias(o) de nível médio/Técnicos em Secretariado e motoristas com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL TOTAL	VALOR ANUAL
1	<b>MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE</b> - Serviço de apoio administrativo (CBO 15008), de natureza continuada e em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, jornada de 44 horas, escolaridade de nível médio, semanais em atendimento as necessidades da Controladoria Geral da União no Piauí (CGU/PI); da Superintendência do Patrimônio da União no Piauí (SPU/PI) e da Superintendência Regional do Trabalho no Piauí.	POSTO	4	3.067,56	12.270,24	147.242,88
2	<b>DIÁRIAS</b> - Pagamento diária - nacional, valor estimado para os motoristas da SRTb-PI, CGU-PI e da SPU/PI. A licitante deverá preencher planilha de custo e formação de preços das diárias considerando o quantitativo estimado de <b>35 diárias mensais e 420 anuais</b> . O valor mínimo aceitável para as diárias é de 107,37 (Convenção 2020 SINTETRO).	UNIDADE	420	129,53	4.533,55	54.402,60
3	<b>RECEPCIONISTA</b> - Serviço de apoio administrativo (CBO 4221-05), de natureza continuada e em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, jornada de 44 horas, escolaridade de nível médio em atendimento as necessidades da Gerência Regional de Administração no Piauí (GRAM-PI) e da Controladoria Regional da União no Estado do Piauí.	POSTO	3	3.167,80	9.503,40	114.040,80
4	<b>TÉCNICO EM SECRETARIADO /SECRETÁRIA(O) DE NÍVEL MÉDIO/</b> - Serviço de apoio administrativo (CBO 3515-05), de natureza continuada e em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, jornada de 44 horas semanais, escolaridade de nível médio em atendimento as necessidades da Gerência Regional de Administração	POSTO	5	3.167,82	15.839,10	190.069,20

	no Piauí; Controladoria Regional da União no Estado do Piauí; Procuradoria da Fazenda Nacional no Piauí, Superintendência Regional do Trabalho no Piauí e Superintendência do Patrimônio da União no Piauí.					
5	<b>Auxiliar Administrativo</b> - Serviço de apoio administrativo (CBO 4110-05), de natureza continuada e em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, jornada de 44 horas semanais, escolaridade de nível médio em atendimento as necessidades da Gerência Regional de Administração no Piauí; Controladoria Regional da União no Estado do Piauí; Procuradoria da Fazenda Nacional no Piauí, Superintendência Regional do Trabalho no Piauí.	POSTO TERESINA-PI	10	3.513,99	35.139,90	421.678,80
	<b>Auxiliar Administrativo</b> - Serviço de apoio administrativo (CBO 4110-05), de natureza continuada e em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, jornada de 44 horas semanais, escolaridade de nível médio em atendimento as necessidades da Superintendência do Patrimônio da União em Parnaíba-PI.	POSTO PARNAÍBA-PI	2	3.428,54	6.857,08	82.284,96
<b>VALORES TOTAIS (R\$)</b>					<b>84.143,27</b>	<b>1.009.719,24</b>

## CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início em **01/08/2021** e encerramento em **31/07/2022** podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP n.º 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

## CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

O valor mensal da contratação é de R\$ 84.143,27 (oitenta e quatro mil cento e quarenta e três reais e vinte e sete centavos), perfazendo o valor total de R\$ 1.009.719,24 (um milhão, nove mil setecentos e dezenove reais e vinte e quatro centavos).

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 00001/170032

Fonte: 0100000000/0132251040; 0133000000; 0150251030; 0180570001

PTRES: 171701;171524;171857; 173740;171552; 173790

Elemento de Despesas: 3390.37.00 e 3390.36.00

PI: S6428UNIDES; S6419UNIDES; PGTERCE2000; RATERCE2000; S6.4.28.SPU; 203000; S 6410CGUEXC;S6410RATEIO; S 6402SRA.

No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

## CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

## CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO

As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo do Edital.

## **CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto nº 9.507, de 2018).

Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP nº 05/2017).

Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

O CONTRATANTE poderá ainda:

nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei nº 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES**

É vedado à CONTRATADA:

interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.

A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

É eleito o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Teresina-PI para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contratantes e por duas testemunhas.

Teresina/PI, 02 de Julho de 2021.

MARCO ANTONIO OSÓRIO DA COSTA

Gerente Regional de Administração do Ministério da Economia no Estado do Piauí

ANDRÉ FABRÍCIO ARAÚJO PAIXÃO

Representante Legal da Empresa TERRAS SERVIÇOS COMBINADOS LTDA

Testemunhas:

Kergisvaldo Cordeiro da Silva

Agente Administrativo

Wendel Gualberto Carvalho

Administrador



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ FABRÍCIO ARAÚJO PAIXÃO**, Usuário Externo, em 05/07/2021, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kergisvaldo Cordeiro da Silva**, Fiscal de Contrato, em 05/07/2021, às 10:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **16895539** e o código CRC **D9590EB5**.

**AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO CONTRATO Nº. 08/2021**

A Empresa TERRAS SERVIÇOS COMBINADOS LTDA inscrita no CNPJ/MF sob o nº.69.607.935/0001-37, sediada na Rua Alaíde Marques, nº 3219, bairro Planalto, em Teresina-PI por intermédio do seu Representante legal, o Senhor ANDRÉ FABRÍCIO ARAÚJO PAIXÃO, solteiro portador da Carteira de Identidade nº. 2341316 Órgão Expedidor SSP-PI e do CPF nº. 009.495.373-22, **AUTORIZA** a Gerência Regional de Administração do Ministério da Economia no Estado do Piauí para os fins do Anexo VII-B da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e dos dispositivos correspondentes do Edital do Pregão Nº 01/2021:

1) que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

2) que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação e aberta em nome da empresa TERRAS SERVIÇOS COMBINADOS LTDA junto a instituição bancária oficial, cuja movimentação dependerá de autorização prévia da Gerência Regional de Administração do Ministério da Economia no Estado do Piauí que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta.

3) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

Teresina/PI, 02 de Julho de 2021.

ANDRÉ FABRÍCIO ARAÚJO PAIXÃO

Representante Legal da Empresa TERRAS SERVIÇOS COMBINADOS LTDA

Câmara Nacional de Modelos de Licitação e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União  
Termo de Contrato - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Continuados com Dedicção Exclusiva de Mão-de-Obra  
Atualização: Julho/2020

**Referência:** Processo nº 10384.100022/2021-06.

SEI nº 16895539